



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE DOIS, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, conforme Edital de Convocação publicado aos dezoito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, no Diário Oficial do Município de número 12, Ano XII, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de dois mil e vinte e dois. A Audiência Pública, presencial em Plenário, foi presidida pelo Presidente da Comissão, Vereador Sergio R. B. Balaguer, com participação dos demais membros, os Vereadores Bruno Pessuti, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Giorgia Prates - Mandata Preta, Osias Moraes, Professora Josete e Rodrigo Marcial (substituindo a Vereadora Indiara Barbosa, conforme o Requerimento 019.00010.2022). Também estiveram presentes, integrando a Câmara Municipal de Curitiba: a senhora Aline Bogo, Diretora Contábil e Financeira; a senhora Ana Cláudia Melo dos Santos, responsável pelo Departamento de Administração e Finanças; o senhor Hussein Mesmar, chefe do Setor de Contabilidade e Orçamento; a senhora Débora Reis Leal de Lima, responsável pelo Setor de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos. Integrando a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba, estiveram presentes, dentre outros: o senhor Cristiano Hotz, Secretário Municipal, e seu assessor Jaderson Goulart; a senhora Daniele Regina, Superintendente Executiva; o senhor Mario Nakatani, Superintendente Fiscal e o senhor Carlos Kukolj, do Departamento de Orçamento. Seguem as Notas Taquigráficas: "O SR. PRESIDENTE (Marcelo Fachinello):- Quero fazer aqui uma saudação, cumprimentar os nossos servidores, o Matheus aqui do Deprole e também o Rodrigo da Comunicação, nosso fotógrafo, ambos estão de aniversário hoje. Parabéns ao Matheus e ao Rodrigo, muitas felicidades, muita saúde e prosperidade nesse novo ano de vida para os dois. Conforme Requerimento nº 054.00002.2023, aprovado na Sessão do dia 14 de fevereiro de 2023, os horários destinados a Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais, estão reservados para a realização da audiência pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Legislativo e do Executivo, referente ao terceiro quadrimestre de 2022. Convido a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para assumir os trabalhos, iniciando a audiência pública sob a Presidência do Vereador Serginho do Posto. Além dele, convido também o Vereador Vice-Presidente Rodrigo Marcial; os Vereadores Bruno Pessuti; Giorgia Prates; Hernani; João da 5 Irmãos; Jornalista Márcio Barros; Osias Moraes e Professora Josete; para que ocupem os seus lugares

à Mesa. (Dá-se início à audiência pública) O SR. PRESIDENTE (Serginho do Posto):- Aproveito a oportunidade para saudar o ex-Vereador Dirceu Moreira que está conosco. Seja bem-vindo, Vereador. Obrigado pela visita. Convido a Sra. Aline Bogo para que se sente à Mesa. Primeiramente, bom dia a todos. Quero iniciar essa audiência cumprimentando a todos os Vereadores e Vereadoras, em especial a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização desta Casa, presidida por minha pessoa, na figura do Vice-Presidente Rodrigo Marcial; Vereador Bruno Pessuti; Vereadora Giorgia Prates; Vereador Hernani; Vereador João da 5 Irmãos; Vereador Jornalista Márcio Barros; Vereador Osias Moraes e Vereadora Professora Josete. Faço uma saudação e agradeço por ontem a eleição me reconduzindo ao cargo da Presidência desta Comissão Permanente. Também já estão conosco representantes do Executivo e no momento oportuno faremos as nossas saudações. Declaramos aberta a audiência pública da Comissão de Economia Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo, demonstrem, avaliem o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2022, de acordo com que determina o § 4º, artigo 9º da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 e Lei de Responsabilidade Fiscal e Artigo 62-A, da Lei Orgânica. Essa audiência pública terá a duração de duas horas, com início às 9h40, com previsão de término às 11h40. Agradecemos a participação de todas as autoridades, representantes de associações, entidades, servidores do Legislativo presentes conosco, cidadãos, Vereadores. O nosso roteiro sobre os trabalhos, obedecerá ao seguinte critério: nesse primeiro momento a explanação da Sra. Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira quanto a gestão fiscal do Legislativo e a concessão da palavra aos participantes da Comissão de Finanças e na sequência nós faremos a explanação. Já está presente conosco o Sr. Dr. Cristiano Hotz - Secretário Municipal do Planejamento, Finanças e Orçamento, que também apresentará o seu relatório. Então daremos a palavra agora à Sra. Aline Bogo. Informo aos Vereadores inscritos que teremos dois minutos para as perguntas mais trinta segundos, para que não tenhamos uma audiência como foi no dia de ontem, que teve de ser prorrogada. Peço a compreensão dos Vereadores para que as perguntas sejam bastante objetivas, respeitando o tempo para que possamos ter todas as informações prestadas a esses representantes. Cumprimento e agradeço ao Sr. Presidente Marcelo Fachinello por reservar esse espaço para efetivarmos essa audiência pública. Concedemos a palavra à Sra. Aline Bogo. A SRA. ALINE BOGO:- Vereador Serginho do Posto, bom dia. (A) Estendo o meu cumprimento a todos os demais Vereadores membros desta Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, a todos os servidores, Vereadores, boas-vindas também aos servidores da Prefeitura que aqui estão, da contabilidade, do orçamento, de finanças. Esta audiência, tem o objetivo de demonstrar os dados do terceiro quadrimestre, como sendo o último de 2022 e já consolidando aos demais, cumprindo assim o que determina a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, tanto a federal como a municipal, e a nossa Lei Orgânica, nos Artigos 62 e 62-a. Começando, então, o nosso orçamento, o orçamento do Legislativo para o exercício de 2022, apesar de ele poder chegar até duzentos e sessenta e dois milhões trezentos e sessenta e dois mil reais, que seria o orçamento máximo, ele foi fixado em cinquenta e três milhões setecentos e vinte e oito mil reais para o exercício de 2022. Este valor foi repassado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo em doze parcelas mensais, conforme determina a lei, cumprindo assim toda a transferência financeira. E o total realizado nesse exercício de 2022 foi de cento e quarenta e seis milhões e setenta e seis mil reais, representando 95,02% do orçamento. Nós vemos que foi um orçamento bem real, foi quase executado na sua totalidade. O total liquidado no exercício ficou em cento e quarenta e dois milhões quatrocentos e dois mil setecentos e noventa e oito reais, que são as despesas que foram processadas, cujo material já foi entregue ou o serviço prestado. Nesse gráfico nós temos uma visão, pegando como todo o valor máximo do nosso orçamento, que seriam aqueles 4,5% das receitas de impostos das transferências constitucionais do Município de Curitiba do exercício de 2021, 4,5% poderia ser usado para o orçamento do Poder Legislativo para o exercício de 2022. Nesse todo, então, não foi orçado já de

imediatamente, já foi aberto mão de 41,4%, foi executado 55,7% e foi devolvido 2,9%. Em relação aos valores que a Câmara transferiu ao Executivo durante o exercício. Os rendimentos com os valores das disponibilidades que ficam em contas bancárias do Banco do Brasil e da Caixa Econômica renderam durante o exercício um milhão novecentos e sessenta e oito mil reais, que foram repassados mensalmente ao Executivo. Com cancelamento de restos a pagar, foi repassado, também em várias parcelas durante o exercício, um milhão quinhentos e noventa e nove mil duzentos e vinte e nove reais. Nós tivemos ainda um valor residual que ficou referente ao concurso, referente a inscrições inválidas, porque todos os outros valores já haviam sido repassados em exercícios anteriores, mas havia ficado um residual de um mil e cinquenta reais que foi repassado o ano passado. Tivemos também a celebração de um contrato com a Caixa para operacionalizar os pagamentos da folha em um milhão e duzentos mil reais, também repassado ao Executivo ao final do exercício. E o valor da economia orçamentária, que foi a parte do orçamento não utilizada, de sete milhões seiscentos e cinquenta e um mil duzentos e sessenta e três reais, totalizando no ano todo o valor repassado ao Município de doze milhões quatrocentos e vinte mil trezentos e dez reais. Em relação à nossa despesa, nós temos três grupos de trabalho, que são: grupo de despesa de capital, que é um valor que foi investido de 1%; despesa de pessoal, o nosso principal grupo, 79,5% do valor realizado; e outras despesas de custeio, outras despesas correntes, no percentual de 19,5%. Em relação ao grupo de despesas de pessoal, que representa 79,5% do valor empenhado no exercício, tivemos um valor empenhado de cento e quarenta e seis milhões e setenta e seis mil reais. A despesa de pessoal ficou em cento e dezesseis milhões e sessenta e quatro mil reais, que representa 79,5% do percentual do valor empenhado. Nesse grupo nós temos, assim desdobrados os elementos de despesa: vencimentos e vantagens fixas, um valor orçado de noventa e quatro milhões de reais, e empenhados noventa e três milhões quinhentos e dois mil reais; obrigações patronais, valor repassado tanto ao IPMC, INSS, Paraná Previdência e também ao CuritibaPrev, orçado de vinte milhões oitocentos e oitenta mil reais, foi realizado vinte milhões quinhentos e noventa e cinco mil reais; total de indenizações, orçado três milhões e duzentos mil reais, foi realizado um milhão novecentos e sessenta e sete mil reais; e outras despesas de pessoal, um orçamento de cento e oitenta mil reais, que não foi utilizado. Desdobrando então a nossa despesa de pessoal, no total de cento e dezesseis milhões e sessenta e quatro mil reais, nós temos com vencimentos e vantagens fixas do pessoal efetivo, o valor de quarenta e três milhões novecentos e cinquenta e quatro mil reais. Neste valor estão inclusas as indenizações que foram pagas aos servidores ativos, o valor está destacado embaixo no slide, de cinco milhões cento e cinquenta e nove mil reais. Este valor está incluso dentro dos vencimentos e vantagens fixas para assim compor então os índices da despesa de pessoal. Com subsídios, nós temos um valor total de oito milhões setecentos e vinte e dois mil reais. Cargos em comissão, vencimentos comissionados, quarenta milhões oitocentos e vinte e cinco mil reais. Obrigações patronais, vinte milhões quinhentos e noventa e cinco mil reais. Indenizações de servidores em relação à aposentadoria e outras indenizações, que não são de licença-prêmio, um milhão novecentos e sessenta e sete mil quinhentos e trinta e dois reais. Aqui é um gráfico em que eu trago então a despesa de pessoal, aqui já diluídas as obrigações patronais, então, inclui tanto vencimentos como gratificações, a parte patronal. Temos de gastos com efetivos, aqui também incluindo as indenizações, 48,6%; gastos com comissionados, 42,4%; e com subsídios, 9%. Em relação ao grupo de outras despesas correntes, mas com exceção da despesa com pessoal, no total de vinte e oito milhões quinhentos e trinta mil reais, valor realizado que representa 19,5% de tudo que foi gasto. Então temos esse percentual com outras despesas de custeio, que estão assim distribuídas: gastos com benefícios assistenciais, incluídas aqui auxílio funeral, auxílio creche, auxílio saúde, um total orçado de três milhões e trinta mil reais, e empenhado de dois milhões trezentos e trinta mil reais; material de consumo, um orçado de um milhão e duzentos mil reais, e realizado oitocentos e vinte e nove mil cento e sessenta reais; serviços

terceirizados, locação de mão de obra, são principalmente serviços de limpeza e vigilância, um valor orçado de três milhões novecentos e oitenta mil reais, e realizado três milhões setecentos e noventa e dois mil reais; todos os contratos com serviços na área de tecnologia, tanto da informação como da comunicação, um total orçado de seis milhões cento e cinquenta mil reais, e empenhado quatro milhões novecentos e sessenta e nove mil reais; outros serviços de terceiros, são contratos de serviços que não são da parte de tecnologia, outros serviços, sete milhões quatrocentos e cinquenta mil reais orçado, e realizados cinco milhões novecentos e trinta e cinco mil reais; temos o valor do aporte ao IPMC, o valor orçado de dez milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil reais, e um valor empenhado de dez milhões quatrocentos e cinquenta e três mil reais; com outras despesas correntes, orçado de setecentos mil reais, e empenhado duzentos e dezenove mil oitocentos e noventa e quatro reais. Em relação às despesas de capital, nós tivemos um valor empenhado no exercício de um milhão quatrocentos e oitenta e um mil trezentos e vinte e dois reais e trinta e quatro reais, sendo que foram equipamentos e material permanente, que são os equipamentos mobiliários, o valor de um milhão trezentos e vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e três reais; e com obras, o valor de cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta e oito reais. Em relação às despesas com viagens, nós temos um gasto de diárias de sete mil quatrocentos e cinquenta reais, sendo dois mil setecentos e dez reais gastos de Vereadores e assessores e quatro mil setecentos e quarenta reais na manutenção da atividade administrativa da Câmara; passagens, um total de vinte e dois mil seiscentos e noventa e oito reais, sendo onze mil reais de gabinetes e onze mil seiscentos e dezessete reais da parte administrativa; hospedagens, um total de sete mil duzentos e setenta e um reais, sendo um mil cento e vinte e cinco reais gastos com os gabinetes, e seis mil cento e quarenta e seis reais gasto administrativo, totalizando com viagens, trinta e sete mil quatrocentos e vinte reais. Em relação aos restos a pagar que foram inscritos ao final do exercício de 2021 e início do exercício de 2022, foram inscritos um total de cinco milhões e novecentos mil reais em restos a pagar, deste valor foram pagos durante o exercício do 2022 três milhões quatrocentos e noventa e três mil reais, foram cancelados um milhão quinhentos e noventa e nove mil duzentos e vinte e nove reais, valor que foi repassado, devolvido à Prefeitura Municipal de Curitiba, e ficaram a pagar então para o exercício de 2023 oitocentos e setenta mil trezentos e noventa e dois reais. Agora o início do exercício, já no mês de janeiro, tendo a efetivação de que alguns serviços não seriam realizados, já fizemos uma transferência à Prefeitura também de duzentos e cinquenta e oito mil reais, referentes a restos a pagar de 2022. Conforme determina o Art. 62-A da nossa Lei Orgânica, eu não tenho como demonstrar toda a despesa empenhada e seus fornecedores, mas eu trouxe os maiores contratos, os valores liquidados dos maiores contratos, que a Câmara tem, que são na parte de locação de mão de obra: limpeza, copa e outros, com a empresa Obra Prima, em um total no ano gasto de um milhão quinhentos e trinta e um mil reais, e o contrato com a empresa Gênesis de vigilância de dois milhões trezentos e quarenta e sete mil reais, gasto anual; temos um contrato de cartão combustível com a empresa Prime, cujo gasto em 2022 foi de duzentos e dois mil reais; em relação aos contratos de serviços, temos um contrato com CIEE para integração de estagiários na Câmara, cujo valor ficou em um milhão trezentos e sessenta e nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais; contrato com a locadora WS de locação de veículos, setecentos e cinquenta e um mil novecentos e setenta e um reais, gasto anual; um contrato de manutenção predial com a Empac, um milhão e sessenta e três mil reais; e um contrato com medicina ocupacional, medicina do trabalho, de seiscentos e dez mil reais com a empresa TNT; em relação aos contratos na área de tecnologia, temos um contrato com a Serpro, de computação em nuvem, que ficou em quinhentos e noventa e sete mil setecentos e vinte e oito reais gasto anual; dois links de internet, com a empresa Oi e com a empresa Algar, totalizando trezentos e trinta e um mil e novecentos reais; locação de computadores com a empresa Click, um milhão quinhentos e vinte e um mil setecentos e vinte e sete reais; e nós temos softwares gestão pública na área administrativa com a empresa Elotech e também o

software aqui do Plenário de frequência de votação, com a empresa IT Sistemas, que totalizaram seiscentos e noventa e nove mil e cem reais. Em relação às nossas metas, aos nossos limites, um dos limites principais é este de 70% da folha de pagamento em relação à nossa receita total. Considerando que a nossa receita poderia chegar a duzentos e sessenta e dois milhões trezentos e sessenta e dois mil reais, temos então o limite de 70% da folha, seria de oitenta e três milhões seiscentos e cinquenta e três mil reais. O gasto até o terceiro quadrimestre, nos três quadrimestres de 2022, chegou em noventa e cinco milhões quatrocentos e sessenta e nove mil reais. Este valor é gasto com folha de pagamento, excluindo as obrigações patronais. O percentual atingido chegou em 36,39% para o ano. Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, tem uma limitação para a Câmara, para o Poder Legislativo, de 6% da receita corrente líquida, essa receita é calculada pelo Município, receita calculada pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Esse limite é de 60%, de acordo com a lei, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Poder Legislativo. A receita corrente líquida ajustada, já excetuando as suas duplicidades, ela ficou em nove bilhões e quinhentos milhões de reais, essa receita é do Município, e na Câmara nós temos uma despesa bruta com pessoal de cento e noventa e cinco milhões quinhentos e quarenta e oito mil reais, sendo que cento e dezesseis milhões e sessenta e quatro mil reais, eu já havia demonstrado como sendo a nossa despesa de pessoal, é de pessoal ativo, e o restante, setenta e nove milhões quatrocentos e oitenta e três mil reais é com pessoal inativo (**P**) e pensionistas. Esse valor é pago pelo nosso Instituto de Previdência e como é pago com recurso vinculado, então é deduzido ao final do relatório, na despesa líquida. São deduzidos os valores de inativos e pensionistas e também os valores de indenizações, pagas em função de aposentadorias, que resultou numa despesa líquida com pessoal de cento e quatorze milhões e noventa e sete mil, representando um percentual de 1,20% e esse percentual poderia chegar até 6%. Ainda em cumprimento ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a publicação do demonstrativo da disponibilidade de caixa e restos a pagar, ficamos ao final do exercício de 2022 com um valor em caixa de cinco milhões oitocentos e quarenta e dois mil e vinte e cinco, sendo que desse valor novecentos e oitenta e três mil cento e oitenta e dois são restos a pagar liquidados e oitocentos e setenta mil trezentos e noventa e dois são restos não liquidados de exercícios anteriores. Temos trezentos e quatorze mil quinhentos e doze como despesas extraorçamentárias, portanto, são de recursos vinculados. Calculando, fica uma disponibilidade líquida, antes da inscrição em restos do exercício, de três milhões seiscentos e setenta e três mil novecentos e trinta e sete, que é o mesmo valor da inscrição em restos, demonstrando que a disponibilidade líquida após a inscrição é zero. Isso demonstra que a Câmara ficou só com valor em caixa suficiente para pagar, para quitar os seus restos a pagar. Aqui eu trouxe um comparativo de como ficou o nosso índice nos últimos cinco anos. Comparando ao terceiro quadrimestre de 2018, 2019, 2020 e 2021, podemos ver que o índice vem diminuindo. Até 2021 esse índice diminuiu, até porque em 2021 houve a impossibilidade de reajuste e o congelamento em razão da pandemia, então o índice diminuiu. No terceiro quadrimestre ele subiu um pouquinho, mas ficou abaixo ainda do índice lá de 2020. A mesma coisa com o índice dos 70% da folha de pagamento que vem caindo e agora no terceiro quadrimestre chegou a 36,39%, sendo que lá em 2018 ele era de 40,41%. Concluindo, esse gráfico representa a evolução das nossas despesas. A linha laranja é a despesa de pessoal do Poder Legislativo ao longo desses cinco anos, começando em 2018, 2019 e 2020. A linha azul é a despesa total da Câmara. Esses valores são valores reais, são valores corrigidos e então podemos ver que a despesa vinha num valor neutro, sem crescimento, sem grandes crescimentos. A despesa de pessoal até tinha caído um pouco ali em 2020 e em 2021 caiu bastante, pois não foram feitos os reajustes. Em 2022 ela cresceu, ficando parecida com o que tinha lá em 2019, ficando praticamente a mesma coisa a despesa com pessoal. E a despesa total cresceu um pouquinho a mais em 2022, até em função dos investimentos na área de tecnologia. Agradeço a atenção e quero agradecer também a minha equipe, todos que me ajudam lá na Diretoria, o Hussein,

o Carlos, a Priscila, a Adeli, o Rodolfo, a Nádia e o Filipi, que cuidam com muito carinho de todos os estágios da despesa pública da Câmara. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Vamos abrir agora para as perguntas dos membros da Comissão e na sequência aos Vereadores inscritos que queiram dirigir os seus questionamentos à Sra. Aline Bogo. Concedemos a palavra ao Vereador Bruno Pessuti. O Sr. Bruno Pessuti:- Sr. Presidente, somente mais uma vez elogiar o trabalho da Aline frente ao departamento, sempre com muita credibilidade, muita transparência, muita responsabilidade trazendo os custos da Câmara Municipal para todos os cidadãos acompanharem. De maneira bastante simples, mas didática, mostra que a Câmara está cada vez mais enxuta, cumprindo com o seu papel constitucional e trabalhando muito para que a Cidade de Curitiba continue avançando em busca das realizações que todos nós desejamos. Parabéns a todo Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Curitiba e à gestão passada que estava no comando. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Vereadora Professora Josete. A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos e todas. Na verdade, não é uma pergunta, é um agradecimento a Aline e a toda sua equipe. Como 2ª Secretária que fui nos últimos dois anos, pude acompanhar todo empenho e a dedicação de toda equipe. Acredito que hoje a Câmara Municipal e não é só digamos mérito desta Mesa, mas as anteriores de um período que viemos que foi bastante complicado, quando não havia transparência e hoje a Câmara de Curitiba é uma das Câmaras mais transparentes do Brasil. Acreditamos que nós somos hoje uma referência para outras Câmaras. É óbvio que a legislação, a Lei da Transparência garantiu que também isso se colocasse de uma maneira mais incisiva, mas acredito também que há um empenho de todo corpo de servidores. Quero dizer que sempre pudemos contar com todos vocês para sanar todas as dúvidas que tínhamos e que acredito que hoje todos os contratos trazem essa preocupação de que haja uma redução de gastos, mas sempre com qualidade, demonstrando o compromisso que esta Casa tem com o dinheiro público. Seria mais essa consideração e para fazer um agradecimento a você e a toda equipe. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra à Vereadora Giorgia, que também compõe a Comissão de Finanças. A Sra. Giorgia Prates - Mandata Preta:- Bom dia a todas, a todos e a todes. Bom dia também a quem nos acompanha pelas redes sociais e aos servidores desta Casa. Eu gostaria somente de parabenizar. Ouvindo você falar e trazer todos esses dados, isso demonstra a importância para quem está do lado de fora, que precisa saber exatamente o que acontece na Câmara e como funcionam os gastos aqui. Aí pensar também que todos esses valores que vimos hoje são de extrema importância para toda população, não só referente aos gastos, mas também àquilo que a Professora Josete já bem apontou. E tudo o que vocês também buscam diminuir, o que é importante, porque a Casa serve às pessoas, à população. Quando temos a ciência de tudo que acontece, de todos os números que vocês apresentaram, acho que podemos começar a pensar como nós Vereadores aqui dentro da Casa temos também que ter a ciência, o respeito e a responsabilidade para com quem não está aqui e espera que consigamos ter menos gastos e ter mais responsabilidade para trabalharmos e atuarmos em favor da população. Agradeço muito tudo isso que você nos trouxe. Para mim também foi algo novo e como vindo, mais recentemente entrando aqui agora, vindo da camada mais pobre da população, para mim é uma grande honra poder conhecer tudo o que você trouxe agora. Parabenizo a todos os envolvidos e agradeço também. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Líder do Governo, Vereador Tico Kuzma. O Sr. Tico Kuzma:- Obrigado, Vereador Serginho. Primeiro cumprimento V.Exa. e o Vereador Rodrigo pela eleição como Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Economia. Cumprimento os demais membros da Comissão, cumprimento a diretora Aline e também faço uso da palavra para parabenizá-la pelo trabalho. Quero parabenizar não só a Sra. Aline, mas todos que compõem o Departamento e todos os servidores da Câmara Municipal pelo trabalho que fazem. Na verdade, o resultado final é um conjunto de todos, inclusive para além dos servidores efetivos da Casa, também dos servidores comissionados e dos Vereadores que trabalham para que esse resultado seja apresentado. É um trabalho responsável,

um trabalho de economia, que visa prestar o melhor serviço à população. Mais uma vez quero parabenizar a Aline, parabenizar e agradecer a todos os servidores desta Casa pelo período que estiveram conosco nesses dois anos, ajudando na administração, eu diria até melhor, que estiveram administrando a Câmara Municipal de Curitiba. Muito obrigado e parabéns. Já cumprimento também o Secretário Cristiano que está na Casa. Seja bem-vindo. O SR. PRESIDENTE:- Abrimos a palavra para os Vereadores. (Pausa). Não temos mais perguntas para a Sra. Aline. Aline, eu gostaria de parabenizá-la pela forma transparente e consistente que você traz os números da Câmara Municipal, juntamente com a sua equipe. Como sugestão, gostaria que talvez na próxima apresentação do balanço fizéssemos um comparativo com os gastos, com o custeio ao longo dos anos para que tenhamos um histórico. Seria importante se vocês pudessem colocar na próxima apresentação para termos mais esses dados para que se faça um histórico, um acompanhamento. Seria só essa observação. No mais, agradeço a sua participação, a sua explanação de forma sempre responsável, respondendo pela Diretoria Financeira e Contábil da Câmara. A SRA. ALINE BOGO:- Obrigada, Vereador Serginho. Tenho aqui uns dados que poderia passar em relação aos custeios, que seriam outras despesas correntes, as despesas de custeio. Então o valor de 2018 foi de vinte e três milhões de reais; 2019 de vinte e três milhões de reais, 2020 foi vinte e dois milhões e quinhentos mil reais; 2021 de vinte e quatro milhões e quatrocentos mil reais; e 2022 vinte e oito milhões quinhentos e trinta mil reais. Gostaria também de fazer um agradecimento especial à diretoria de comunicação que ajudou no layout da apresentação. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço. Neste momento encerramos essa primeira parte da audiência. Peço agora que o Sr. Cristiano Hotz, Secretário de Finanças de Curitiba, junto com a sua equipe, possa ocupar um lugar à mesa neste momento. Estão presentes aqui conosco o Secretário de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba, Cristiano Hotz; a Superintendente Executiva, Sra. Daniele Regina dos Santos; o Superintendente Fiscal, Sr. Mário Natakani Júnior; o Sr. Carlos Eduardo Kukolj, do Departamento de Orçamento; o Sr. Jaderson Goulart, assessor da Secretaria de Finanças; a Sra. Cristina Rios, da Comunicação da Secretaria de Finanças e o Sr. Márcio Camargo, Chefe Financeiro. Sejam todos bem-vindos. Vamos iniciar a segunda parte desta Audiência Pública com a explanação do Secretário quanto ao terceiro quadrimestre do exercício de 2022. O Secretário quer passar uma informação muito importante a todos os cidadãos. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Muito bom dia a todos. Sr. Presidente, como o senhor falou, é importante que nessa audiência façamos essa informação primeiro à Casa. O decreto será publicado hoje à tarde, então tomamos a diligência (C) de informar primeiro a Casa nesse sentido, que o lançamento do IPTU deste ano será no dia 31 de março por conta da lei da noventena. Temos a lei de noventa dias, então o lançamento se dará no dia 31 de março. A entrega dos carnês começa no dia 3 de abril, uma segunda-feira, quando também já estará disponível para consulta na internet. O vencimento da primeira parcela será no dia 20 de abril. O prazo para o recurso, se assim entenderem, será no dia 5 de maio. O desconto para pagamento à vista será de 10%, diferente do que foi o ano passado de 4%, este ano será de 10%, e poderá ser parcelado em dez vezes com vencimento no dia 20 de abril. Não teremos outros vencimentos. Antigamente nós adotávamos pelo final da indicação fiscal. Este ano não vamos adotar esse procedimento porque era um procedimento histórico quando as pessoas pagavam no banco diretamente. Hoje já não há mais essa necessidade, então unificamos todos os pagamentos para uma data única no dia 20 de abril. Era essa a informação, Sr. Presidente que eu queria trazer em deferência a esta Casa e a V.Exa. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço, Sr. Secretário. Essa informação é muito importante para os munícipes. A Câmara Municipal também divulgará esses novos prazos e a forma que o cidadão poderá efetuar o pagamento do seu IPTU para o exercício de 2023. Lembrando que esse prazo se deu devido a lei que nós aprovamos no ano passado e teria esse período de noventa dias. Fica sem informação para que os meios de comunicação possam fazer uma ampla divulgação a todos os munícipes e contribuintes, proprietários de imóveis no Município de

Curitiba. Agradeço muito essa informação. As pessoas já estavam buscando isso com alguns gabinetes, muitos gabinetes já estavam perguntando desse prazo, e agora o Secretário nos trouxe em primeira mão que hoje no período da tarde, através de decreto, serão publicizados todos esses prazos e as condições para o pagamento e quitação do IPTU, exercício 2023. Muito obrigado. O senhor quer complementar? O SR. CRISTIANO HOTZ:- Sr. Presidente, só dizendo que a partir de agora que foi feito esse anúncio aqui, a Cris, que está ali no fundo, já vai colocar no site da Prefeitura todas essas informações que nós passamos a V.Exa. nesse momento. O SR. PRESIDENTE:- A Câmara Municipal agradece, em nome do Presidente Marcelo Fachinello, essa importantíssima informação. Nesta audiência pediremos ao Secretário que faça a sua explanação. Usaremos o mesmo critério para os Vereadores que se inscreverem, Comissão de Finanças, Vereadores e munícipes que queiram também enviar suas perguntas através do e-mail comissao.economia@cmc.br.gov.br. Estará disponibilizado esse endereço caso os munícipes queiram interagir e enviar os seus questionamentos e perguntas. Usaremos o critério de dois minutos aos Vereadores mais trinta segundos para complementar. Portanto, de imediato passo a palavra ao Dr. Cristiano Hotz para que passe à explanação do terceiro quadrimestre, exercício 2022. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Sr. Presidente, vamos de início, como fizemos nas outras audiências, passar todos os números e depois ficamos disponíveis aos questionamentos. Acho que são mais importantes os questionamentos do que qualquer fala minha aqui antecipadamente. Então vamos iniciar com as receitas. O Município de Curitiba, é sempre importante fazer esse recorte porque agora estamos falando do fechamento do ano, é o quadrimestre que fechou o ano, e já temos o apontamento da inflação de 5,79%, então esse é o comparativo ao último quadrimestre do ano passado. As receitas correntes são de dez milhões, cento e vinte e quatro, oitocentos e quarenta e nove. Tivemos uma variação real com relação ao terceiro quadrimestre de 2021 de 4,84%. As receitas de capital, duzentos e quarenta e oito, duzentos e dezoito, uma variação positiva de 8,74%. Receitas intraorçamentárias de um, duzentos e setenta, trezentos e oitenta e cinco, uma variação de 27,60%. Receitas (exceto as intraorçamentárias) de dez, trezentos e setenta e três, zero sessenta e oito. Esse é o primeiro quadro que apresentamos. A realização da receita, superamos os 100%, 113,9% total; as correntes 117%; a de capital 62,5%; a intraorçamentária 107,8%; e as receitas (exceto intraorçamentárias) 114,6%. Essa pirâmide demonstra a importância dos nossos tributos. O ISS, temos um bilhão oitocentos e setenta e quatro milhões de reais, que é o nosso maior tributo, a maior forma de arrecadação. E aqui também faço um recorte, Presidente Fachinello e Presidente Serginho, da importância da reforma tributária que está para acontecer no Brasil. Da forma que se apresenta a reforma tributária, os municípios não teriam mais gerência sobre o ISS. Isso se demonstra temerário para os municípios e para a forma municipalista com que as coisas acontecem no Brasil. Sempre lembrando que tudo acontece na cidade, o cidadão vive na cidade, e esse imposto, se for unificado e o município não tiver o poder de gerenciá-lo, será deletério para os municípios. Não falo só para o Município de Curitiba, que é um município grande, mas também para os pequenos e médios municípios do Brasil. Então é importante que atentemos a essa reforma tributária. O Município de Curitiba faz parte da Abrasf, que defende a reforma tributária, a PEC 46, o Simplifica Já, que demonstra pontos importantes na reforma tributária que é tão necessária para o País. O ISS se demonstra o nosso maior tributo. O IPTU com um bilhão cento e trinta e seis milhões de reais. O ITBI com quarenta e seis milhões de reais. Teve um decréscimo de 15,9%, e eu já havia dito na apresentação anterior que isso iria acontecer por conta do grande aumento de transmissão de imóveis que houve na pandemia. Justificou, esse para nós é um número factível, um número que basicamente volta ao nosso patamar de sempre. O Imposto de Renda, quinhentos e vinte e nove milhões de reais e as taxas duzentos e vinte e um milhões de reais, também houve um decréscimo. O total é de dois bilhões novecentos e seis milhões de reais, o nominal é de 6,84%, e a receita real, já com o desconto da inflação, de 0,99%, não chega a 1%. Esse quadro demonstra a evolução

da receita em forma de gráfico. Demonstra ali que de 2017 temos uma evolução significativa sempre em todos os anos, 2020 por conta da pandemia, que também espero que já não falemos mais nesse período que vivemos, nessa quadra de tempo que foi horrível para todos, o mundo inteiro, e a partir de 2022 já começamos a ter ganhos conforme vinha o nosso gráfico demonstrando isso. O IPTU também vem numa crescente. A receita deste ano está prevista para um bilhão e quatrocentos milhões de reais, não é, Dani? Ano passado nós tivemos um bilhão cento e trinta e seis milhões de reais. Temos a previsão para este ano de um bilhão e quatrocentos milhões de reais, e espero que se realize. O ITBI, como eu já havia dito, tem um crescimento, daí no período fatídico temos um crescimento exponencial, depois volta e agora já está retomando, mesmo assim volta ali no patamar já superior ao que apresentamos pré-pandêmico. As receitas de transferências. A FPM, tivemos um aumento de 32,87%; o IPVA de 20,16%. Aqui no IPVA eu gostaria de fazer um alerta porque o repasse do IPVA se deu e se manteve ao Município de Curitiba porque o Estado está num período de Refic para os impostos. Então não houve nesse momento a demonstração do que realmente vai acontecer a partir deste ano. A expectativa é que tenhamos uma redução na arrecadação do repasse do IPVA em até 49% para o Município de Curitiba. Do ICMS, perdão. Estou falando do IPVA, mas na verdade o que eu falei agora é para o ICMS. Mas também o IPVA estava no período de Refic. No ICMS vamos ter um decréscimo, já apontamos um decréscimo, mas para este ano vamos ter um período mais difícil desse repasse. O Fundeb tem um acréscimo de 13,12%, e o SUS, como era previsto, uma baixa de 13,74%. As receitas de transferências. Outras de capital 75,20%; convênios 22,36%; o FNDE 9,94%; e outras correntes 5,53%. Aqui demonstramos em gráfico o que já apresentamos ali, Sr. Presidente. O SUS tem um decréscimo que já vem acontecendo de 2020 por conta do período pandêmico; o FPM tem um leve aumento; e o FNDE vem se mantendo ao longo dos anos. Receitas de transferência, o ICMS setecentos e vinte e seis, já vem demonstrando uma queda; o IPVA, como não houve diminuição da alíquota do Governo do Estado, vem aumentando, mas também temos uma expectativa de queda para este ano. O SUS cento e trinta e seis, do Estado. Também é uma linha que se mantém e está na previsão do que temos no nosso orçamento. Agora já entramos para as despesas orçamentárias e a despesa total é de onze bilhões trezentos e trinta e oito milhões quinhentos e quarenta reais. É importante fazer essa ressalva, que de oito bilhões oitocentos e quarenta milhões cento e oitenta e sete reais, a diminuição de 0,28% nas despesas correntes, fazemos mais com menos. Despesa de capital tivemos um acréscimo de 79,88%, e as intraorçamentárias de 27,4%. Então as nossas despesas no total sobem 5,44%. Esse quadro também demonstra a realização das nossas despesas, 110,9%; a corrente 111,9%; de capital 110,8%; a intraorçamentária 108,2%; e as despesas, um total de 111,3%. Esse quadro demonstra as despesas correntes. Temos um decréscimo de 8,90%, e despesas com pessoal e encargos um acréscimo de 14,72%, como ressaltou a Dra. Aline, por conta do período em que tivemos aqueles impedimentos de reajuste dos anos, coisa e tal, então é natural que suba agora nesses próximos anos e também os juros e encargos de dívida passou para oitenta e um, ponto, três milhões. Despesas de capital. As inversões financeiras 550%; a amortização da dívida 47,4%; investimentos 57,9%. As nossas metas e limites. **(M)** O resultado primário, a previsão na LDO, cento e trinta e sete e quinze, e o realizado, cento e vinte e seis; o resultado nominal, cento e oito, o realizado, quinhentos e trinta; as receitas, dez quinhentos e quarenta e sete, as deduções, mil e vinte e nove oitocentos e cinquenta e um. A dívida consolidada do Município é de um bilhão quatrocentos e quarenta e cinco, e a dívida consolidada líquida é de menos dois bilhões quatrocentos e setenta e oito. O nosso índice atual é de 26,09%; o alerta é 108%; e o limite é de 120%. Ou seja, estamos bastante abaixo desse limite previsto. (Próximo slide). Esse quadro é bastante interessante porque agora, a partir deste ano, Sr. Presidente, já começamos a fazer as execuções dos investimentos que estavam previstos tanto no BID quanto no NDB e na AFD. É importante ressaltar que este ano nós já fizemos o empenho total, não é, Dani, Claudinei e Carlos?, nós já fizemos uma separação total de

novecientos e oitenta e oito milhões de reais para as licitações que ocorrerão até junho deste ano. Então, nós já fizemos o travamento do orçamento para isso. Dessa forma, esse quadro, no próximo trimestre, eu acho que já vai se demonstrar bastante acentuada uma evolução dele. Agora as nossas dívidas internas: a Caixa Econômica, que é sempre a nossa maior dívida, trezentos e sessenta e nove; o RPPS, trezentos e cinco; Receita Federal, o Pasep, cento e oitenta e quatro; licença-prêmio, trinta e oito; Banco do Brasil, trinta e sete; precatórios, trinta e dois; Agência de Fomento, vinte; BNDES, quinze; novação, treze; Receita Federal, o INSS, oito; e Cohab, um ponto cinco. Nas garantias concedidas, temos um limite de 22%, e estamos com 2,52%, o que é bastante satisfatório, Sr. Presidente. Nas operações de crédito, nós temos cento e setenta ponto quatro; a antecipação de receita é zero; o percentual de receita corrente líquida, o nosso limite é 16%, e nós estamos com 1,79%. A despesa líquida é de três bilhões novecentos e cinquenta e um; o percentual da receita corrente líquida é de 41,59%, o alerta é de 51,3%, e o limite é de 54%. Ou seja, temos aí um pouco mais de 12% de margem para realizações, mas esperamos que não cheguemos nesse limite. Apesar de que haverá concurso público este ano, serão necessárias contratações, então, temos a expectativa de algum aumento com despesa de pessoal. Mas tudo suportado pelo orçamento do Município. A publicidade e propaganda é um número que se apresenta sempre baixo, é 0,23%, para um limite de 0,60%, num total de vinte e dois milhões para o quadrimestre, que é o fechamento do ano. Aqui é importante destacar que a disponibilidade de caixa líquida é de dois bilhões cento e setenta e três, mas, conforme eu adiantei, desses dois bilhões cento e setenta e três, já temos os recursos comprometidos com o Plano de Investimento do Município, que não é só o BID, nós temos outros investimentos importantes que vão se realizar, como a construção de novas unidades de saúde, de escolas, asfaltos. Então, temos esse número, mas ele já está comprometido no nosso superávit. Os restos a pagar empenhados e não liquidados, um ponto vinte e nove bilhões. (Manifestação do Vereador Serginho do Posto fora do microfone). Isso, já, nós já temos reservados esses dois cento e setenta e três, é o que teríamos, mas, para este ano, até julho, já fizemos esse empenho, essa programação. Na verdade, ele já não existiria mais ali, né, se fosse o número de hoje. Mas é um quadro, que apresentamos, do quadrimestre. (Manifestação fora do microfone). Isso, do exercício. Na Saúde, em que estive aqui ontem a Secretária Beatriz, a receita realizada é de seis cento e quatorze; a despesa empenhada é de um duzentos e oitenta e seis; a despesa líquida, de um duzentos e sessenta e seis; o número atual é de 21,5%; a exigência é de 15%. Então, estamos dentro do padrão do que o Município de Curitiba apresenta para a Saúde, assim como para a Educação. Na Educação, o exigido é de 25%, nós atingimos 26%; a receita realizada é de seis cento e sessenta e um; a despesa empenhada, de um seiscentos e um; e despesa líquida, de um trezentos e quarenta e oito. É isso, Sr. Presidente. Agora ficamos à disposição para os questionamentos. O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Agradeço a explanação do Sr. Secretário Cristiano Hotz. E, em tempo, quero também saudar, presente conosco, o Sr. Claudinei Nogueira, do Departamento de Contabilidade. Eu havia esquecido de saudá-lo. Seja bem-vindo também. Esses dados apresentados pelo Secretário e também pela Sra. Aline Bogo, tanto da Câmara Municipal como da Prefeitura Municipal, estão disponíveis e detalhados no Portal da Transparência da Câmara Municipal e no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Curitiba. São dados aos quais qualquer cidadão tem acesso, para que possa verificar os investimentos, as despesas, de que forma foi empenhada a arrecadação do Município, através dos seus impostos e taxas. Então, é importante. Essa audiência pública é de forma resumida, devido ao nosso tempo, os Vereadores têm acesso aos dados, todas essas informações de balancetes são enviadas para a Câmara Municipal num período trimestral, todos têm acesso, mas, para o cidadão que está acompanhando, o acesso às informações detalhadas, de que forma é gasto, é investido o orçamento, é importante que acompanhe no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Curitiba e no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Curitiba. É só esse complemento às pessoas que nos assistem. Nós temos

Vereadores inscritos que não fazem parte da Comissão, mas, como regra, passamos primeiro aos membros da Comissão e na sequência aos demais Vereadores, que participarão com suas perguntas. Pergunto aos Vereadores membros da Comissão se há algum inscrito. (Pausa). Vereador Rodrigo Marcial com a palavra. O Sr. Rodrigo Marcial:- Secretário, inicialmente, parabeno-o pela apresentação, pelos números apresentados, que nos encham de otimismo em relação à Curitiba, ao menos no presente. A minha preocupação se estende ao futuro, como, em outras oportunidades, já demonstrei preocupação semelhante. Em particular, com relação a um dos últimos slides apresentados, do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal, em que percebemos um aumento substancial, hoje ainda é significativo, mas com uma previsão de um aumento ainda maior, eu me refiro ao dado de 2021, que era 40,13%, e passou para 41,59% no valor de 2022. E, segundo o impacto orçamentário, presente na lei de reajuste salarial, que aprovamos aqui na Câmara no ano passado, para 2023, a expectativa é que esse valor percentual alcance 46,52%; inclusive, existe a previsão de que isso aumente ainda mais em 2024, para 46,90%. Isso significa, portanto, que nós vamos superar agora, já no ano de 2023, e depois, novamente, em 2024, mais um pouco, os valores de 2017, que foi o ano que tivemos, eu não estava aqui, mas os demais Vereadores passaram por aquela difícil votação, em que, inclusive, teve o auxílio da polícia, lá na Ópera de Arame, para trazemos as contas do Município a valores mais adequados, menos preocupantes. E isso não estamos levando em consideração o novo plano de carreira que será apresentado agora, no primeiro semestre de 2023, tampouco esses novos concursos públicos, que o senhor comentou agora. É essa a minha preocupação. Porque tivemos uma reforma em 2017, com números parecidos com o que temos hoje, e isso me indica, ao menos a partir das informações que recebemos, que potencialmente precisaríamos de uma outra reforma, caso siga o que se está prevendo para as contas municipais. E, com base nessas constatações, eu questiono o que a Prefeitura está tomando de atitudes para que não voltemos a patamares preocupantes, como aquele de 2017, e para que essa despesa com pessoal não se torne uma bomba-relógio para as futuras gestões aqui de Curitiba, da Prefeitura. Obrigado. Parabeno-o, e faço esse questionamento. O SR. PRESIDENTE:- Temos inscritos os Vereadores Bruno Pessuti e Professora Josete. Com a palavra o Vereador Bruno Pessuti. O Sr. Bruno Pessuti:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabenzando aqui o Secretário Cristiano Hotz, parabeno também a sua equipe, a Dani, a Regina, o Mario Nakatani, e demais que estão presentes, pessoas com as quais tive o privilégio de conviver durante dois anos dentro da Prefeitura. E hoje, novamente aqui como Vereador, quero parabenizar a Secretaria pela gestão que tem feito na cidade. O Vereador Rodrigo Marcial tocou em um ponto fundamental, que nós estivemos aqui lutando pelas contas públicas em 2017. Sofremos, mas o resultado está aqui: a Cidade de Curitiba é uma cidade sustentável do ponto de vista financeiro, e ela poderá enfrentar, com cada vez mais força, todas as dificuldades que existem. Então, a Cidade de Curitiba consegue fazer investimentos, consegue fazer atendimento à população, de qualidade, e ainda tem dinheiro em caixa para os riscos eventuais que possam acontecer, que permitem que ela continue crescendo e avançando. Portanto, parabéns a todos, à gestão do Prefeito Rafael Greca, do Vice-Prefeito Eduardo Pimentel, também da nossa liderança, a antiga liderança do Vereador Pier Petruzzello, que conduziu as votações de 2017. E agora desejo sucesso ao novo líder, o Vereador Tico Kuzma, para que possamos votar aquilo que for bom e sustentável para a cidade, para que a Curitiba dos próximos dez, quinze, cinquenta anos seja a Curitiba que nós sonhamos e desejamos, que seja cada vez melhor para todos que aqui moram. Parabéns a todos. O SR. PRESIDENTE:- Antes de passar a palavra à Vereadora Professora Josete, só quero saudar os convidados do Vereador Oscalino do Povo presentes à Sessão: o Cônsul do Canadá, Sr. Dadv Jy, o Sr. Victorino e o Sr. Bortolon, que estão visitando o gabinete do Vereador Oscalino do Povo. Com a palavra a Vereadora Professora Josete. A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos novamente. Bom dia ao Secretário e à Daniele. Em nome de vocês, cumprimento toda a equipe da Secretaria

Municipal de Finanças. Eu separei algumas coisas aqui, espero que seja possível perguntar todas. Nós notamos ali uma queda na receita do ITBI, o senhor já apontou na sua fala; qual seria o motivo disso? É o desaquecimento do mercado? Porque tivemos uma queda significativa aí, nesse período de 2021 para 2022. Também, em relação ao ICMS, essa queda, o senhor coloca a questão do Estado, por conta dessa distribuição entre Estado e Município, mas também gostaríamos de saber o impacto da isenção dos impostos sobre os combustíveis, se, nessa diminuição, houve um impacto significativo em relação a isso. Essas são perguntas mais gerais. Agora algumas questões mais específicas. Um dos aspectos que sempre nos preocupa é a política de habitação de interesse social, e temos aqui alguns dados preocupantes que gostaria de esclarecer. Então, temos aqui, no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, uma previsão, para 2022, de dez milhões e quatrocentos mil, e só foram liquidadas despesas de um milhão seiscentos e setenta e nove mil, aproximadamente. Então, gostaria de saber o porquê da não aplicação desses recursos, visto que há um gargalo, numa cidade que tem mais de quatrocentas áreas de ocupação irregular. Outro aspecto que eu gostaria de trazer é em relação à assistência social. Então, vimos ali uma queda tanto na assistência ao idoso, a despesa por função, aqui não estou falando só de fundos, como também na assistência ao portador (**J**) de deficiência. Tivemos uma queda em relação à assistência ao idoso de mais de dois milhões e do portador de deficiência cerca de oitocentos e noventa milhões. Estou lendo aqui portador de deficiência que é como aparece aqui ainda na prestação de contas, acho que tem que atualizar isso, são pessoas com deficiência. O Sr. Cristiano Hotz:- É o padrão de contabilidade. A Sra. Professora Josete:- É, mas temos que atualizar, independente disso, seja em nível federal, acho que temos que atualizar. E outro aspecto, aí é uma pergunta mais específica, mas também acho importante nós termos aqui uma referência... O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Marcial):- O tempo, Vereadora, para concluir. A Sra. Professora Josete:- É a última pergunta, é o valor aplicado no hotel social que é voltado à população em situação de rua. Em 2021, foi de três milhões trezentos e vinte e um reais e, em 2022, houve uma queda para dois milhões trezentos e noventa e um mil reais, então quase um milhão de diferença. Hoje, até onde sabemos, cinquenta pessoas fazem uso desse espaço. Então, gostaríamos de saber se houve uma diminuição dessas vagas em relação a 2022. Seria isso, obrigada. O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Marcial):- Obrigado, Vereadora. Tivemos as três primeiras perguntas do bloco, passo a palavra para o Secretário responder. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Obrigado, Sr. Presidente. Vereador Marcial, o aumento que o senhor aponta para nós ali nos questionamentos são basicamente com o pessoal, que V.Exa. demonstra essa preocupação. É uma preocupação do Município de Curitiba. O Município de Curitiba não pensa somente o ano ou o ano seguinte, ele pensa o futuro, tanto é que mais uma vez eu ressalto a importância desta Câmara quando da aprovação da reforma em 2017. Em momento algum o Município de Curitiba se desprende daquele exercício hercúleo que foi executado pela Câmara de Curitiba no entendimento de que seria importante fazer, naquele momento, a reforma. Então, nós não nos distanciamos disso em momento algum e ele é sempre presente nos nossos pensamentos dentro da Câmara e em louvor também aos Vereadores que nos ajudaram. Agradeço esta Casa mais uma vez. Muito do que está ali, Vereador Marcial, se apresenta pelo seguinte: no período anterior nós tínhamos a proibição de repasse de aumento. Nós tivemos no ano um aumento significativo dos professores, nós tivemos aumento de pessoal também, nós tivemos o pagamento, que é pensando exatamente nisso, pensando no futuro do Município, nós tivemos o pagamento das licenças-prêmios, nós adiantamos esses pagamentos e isso conta nesse índice de pagamento, nós tivemos também um ponto que já contávamos com o piso dos enfermeiros, que hoje está suspenso pelo STF. Então, nós temos um equilíbrio fiscal, nós temos as previsões para isso, tanto é que o nosso orçamento, como se pode ver naquele gráfico, em 2017 a receita tributária, só do ISS, era de um, trezentos e oitenta e sete e hoje nós temos um, oitocentos e setenta e quatro. Ou seja, as nossas despesas aumentam de forma regulada, e nós temos aqui a Dani que não nos deixa

fugir muito disso, porque ela controla bastante esse nosso orçamento. Então, nós pensamos um município trinta, quarenta anos para frente. Estamos dentro do nosso pensamento e dentro das possibilidades para entregar o Município melhor do que recebemos. Acho que era isso, Vereador Marcial. Vereador Bruno, eu agradeço as suas palavras, sempre gentis, você é uma pessoa muito cordata, convivemos bastante tempo lá no Município e agora que seja profícua a sua nova estada aqui na Câmara de Vereadores, e sempre lembrando que nós fazemos aniversário no mesmo dia. Vereadora Josete, o ITBI. O ITBI, como era previsto, e eu já havia dito ali, sofreu uma queda, mas comparativo aos anos anteriores, principalmente no período de pandemia. No período de pandemia, nós tivemos um aumento exponencial de negociação de imóveis não só no Município de Curitiba, mas no Brasil inteiro. Então, todos os municípios e todas as capitais com quem conversamos, houve aumento exponencial na movimentação de imóveis no Município, por conseguinte o pagamento do ITBI também. Então, é bastante natural que isso aconteça agora, que as pessoas já têm mais uma previsão do que realmente vai acontecer. Naquele período foi uma forma de garantir o dinheiro, de garantir o que tinha, foi a compra e a movimentação dos imóveis. Então, ainda que tenhamos caído, nós já voltamos ao patamar pré-pandêmico do ITBI. É uma situação que estava dentro dos nossos olhos, estávamos vivenciando isso e já esperávamos que isso fosse acontecer, e agora tende a equilibrar novamente. O ICMS, Vereadora. Como eu disse, nós teremos uma queda prevista de repasse de ICMS de aproximadamente 49%. Por que esse número ainda não se apresentou? Como eu já disse, o Governo do Estado estava vivendo um período de Refic, então o pagamento vinha acontecendo. Mas como houve a desoneração, não é desoneração, é uma determinação do STF que as alíquotas tanto do combustível quanto das telecomunicações fossem reduzidas até 18%, isso limita essa arrecadação, que era um dos grandes motes de arrecadação do Estado e também no Município de Curitiba, por ser uma cidade maior onde mais arrecadava. Então, o ICMS tende a cair esse ano e para os anos seguintes, por conta dessa diminuição imposta pelo STF dessas alíquotas. É basicamente isso que vai acontecer e nós temos que nos adequar a essas situações. A Cohab. O Fundo de Habitação do Município passa, a partir desse ano, a ter um acréscimo maior e também, pelo potencial construtivo e pelas outras funções, passa a ter um aporte maior e também um gasto maior, e é esse o nosso objetivo. E o Prefeito Rafael Greca está realizando no bairro da Caximba um dos maiores projetos de habitação no Brasil, e também não é só um projeto de habitação, é um projeto de revitalização e construção de um bairro novo realmente. Serão mil cento e quarenta e sete novas unidades de residência em específico para aquele bairro; e nós também teremos apoio do NDB e dos outros bancos. O hotel social... A Sra. Professora Josete:- Secretário... O SR. CRISTIANO HOTZ:- Pois não. A Sra. Professora Josete:- A pergunta específica foi por que esta queda do fundo de onze milhões para um milhão e seiscentos mil, por que tão significativa essa queda de 2021 para 2022? O SR. CRISTIANO HOTZ:- Do qual, Vereadora, a senhora se refere? A Sra. Professora Josete:- Do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. O SR. CRISTIANO HOTZ:- De aplicação ou de recebimento? A Sra. Professora Josete:- De execução. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Ah, é porque esse valor estava sendo bastante utilizado para as regularizações fundiárias. Como houve bastante regularização fundiária no período do ano passado e nós estamos num período que demora, V.Exa. sabe, nesse sentido que a regularização fundiária não se dá apenas por vontade do Município mas por situações cartorárias, as áreas são bastante complicadas, então elas estão sendo realizadas, principalmente as regularizações fundiárias, só que com entraves de cartório. Mas o objetivo é que isso se realize esse ano, essas efetivas regularizações fundiárias, com o gasto desses valores. Então, não é uma má vontade do Município, eu diria assim, é uma situação que as áreas de regularização são complicadas e dependemos de cartório para fazer isso, os prazos de cartório e como os cartórios exigem que seja tudo pingando no i, isso demora, e infelizmente veio acontecer do ano passado para esse. Mas a previsão é que se execute tudo esse ano, Vereadora. O hotel social e também a senhora fala da aplicação dos idosos e das

peças com deficiência. A diminuição do hotel social se deu por conta, mais uma vez, eu não gostaria de ficar me escorando nessa situação do período de pandemia, é que com a melhora da pandemia houve também o retorno das pessoas para as suas atividades normais e conseguimos ver um retorno dessas pessoas para suas atividades normais, os seus municípios, coisa e tal. Então, é isso que se demonstra, mas o Município está sempre atento a essas situações e também aos fundos das pessoas com deficiência e das pessoas idosas. A FAS tem executado com bastante empenho e afinco esses trabalhos. O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Marcial):- Encerradas as respostas das perguntas do primeiro bloco, nós iniciamos um novo bloco de perguntas. Ainda temos inscrita, que compõem a Comissão de Finanças, a Vereadora Giorgia Prates. A Sra. Giorgia Prates - Mandata Preta:- Bom dia, Sr. Secretário. Bom dia novamente a todos, todas e todes. Eu ia fazer os meus questionamentos, mas a Vereadora Professora Josete já trouxe, então eu vou fazer apenas três e eu espero que possamos ser contemplados. Então, para melhor compreensão mesmo do nosso trabalho: quanto aos valores despendidos em educação e saúde, qual parte dessas despesas fixas com pessoal e manutenção e qual é a parte que é feita para investimento? E um segundo questionamento é se existem projetos de investimento na área de educação e da saúde apresentados pelo Governo do Estado e Governo Federal para angariar recursos, e se isso alteraria alguma meta futura. E a minha terceira questão é saber se existe algum relatório que seja regionalizado para que mostre também os valores de despesas do Município que são gastos nas periferias. E vou emendar também, desculpa, mais uma pergunta, gostaria de saber se esses terrenos que estão sendo alienados, se eles têm algum direcionamento específico financeiro. Seria isso, obrigada. O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Marcial):- Dando sequência agora aos demais Vereadores desta Casa, a começar pelo Vereador Rodrigo Braga Reis. O Sr. Rodrigo Braga Reis:- Bom dia a todos. Primeiro meu abraço ao Cristiano Hotz, eu acho que foi uma excelente escolha da Prefeitura colocá-lo como Secretário, tenho acompanhado sua carreira, sou advogado também, um dos melhores advogados aqui do Estado do Paraná. Foi diretor da Copel, enfim, sempre das melhores qualificações e tenho certeza que sua equipe é das melhores qualificações. Antes de começar, eu queria dizer que eu estou extremamente envergonhado! Extremamente envergonhado! Porque esta audiência pública é uma das audiências públicas mais importantes para nós que somos políticos e que defendemos a saúde, a educação. E eu vejo o desrespeito de vários Vereadores que simplesmente se retiraram da Casa, simplesmente Vereadores que não prestam atenção em absolutamente nada do que está acontecendo aqui e eu, como Vereador de Curitiba, estou envergonhado. Então, eu deixo público isso, porque talvez é uma das audiências públicas mais importantes que nós temos aqui na Câmara Municipal de Curitiba, pois é onde nós podemos levantar os dados, que nós podemos mostrar aos nossos eleitores quanto Curitiba tem de dinheiro para gastar, quanto Curitiba gastou em saúde, em educação. Então, eu peço, de público, desculpas a todos os servidores da Secretaria de Finanças que aqui estão nesse momento. Eu recebi o relatório de vocês, estou extremamente satisfeito, tenho colocado, pontuado ponto a ponto aqui. E realmente foi muito importante, em 2017, quando foi feito todo aquele remanejamento aqui nesta Casa de Leis e hoje nós estamos colhendo o fruto do que foi feito lá atrás. Então, contem com meu apoio aqui, todas as informações que eu tenho, nós vamos analisar os relatórios que vocês nos enviaram e todas as dúvidas eu vou enviar posteriormente. Excelentes perguntas dos Vereadores, eu vejo todos os Vereadores da oposição presentes e cadê os Vereadores da situação, que deveriam estar sentados aqui, prestigiando? Porque você está aqui representando o nosso Prefeito Rafael Greca, que tem atendido muito bem todos os Vereadores aqui de Curitiba. O meu muito obrigado a todos vocês. O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Marcial):- E, para encerrar o bloco de perguntas, (K) com a palavra o Vereador Marcelo Fachinello. O Sr. Rodrigo Braga Reis:- Vereador Pier, eu não vou citar o nome. Inclusive, eu pedi para que tirassem fotografia para que possamos postar isso em nossas redes sociais, quais são os Vereadores que estão aqui prestigiando uma coisa que é importante para a nossa cidade. O SR.

PRESIDENTE (Rodrigo Marcial):- Vereador Rodrigo, obrigado pela contribuição. Seguimos com a pergunta do Vereador Marcelo Fachinello. O Sr. Marcelo Fachinello:- Obrigado, Vereador Rodrigo Marcial, Vice-Presidente desta Comissão. Cumprimentar a todos mais uma vez, em especial ao Cristiano e toda a equipe da Secretaria Municipal de Finanças. Antes de fazer a minha colocação, quero cumprimentar também a Aline Bogo, nossa servidora, diretora contábil-financeira, pela apresentação e toda sua equipe que nos trouxe aqui os dados do último quadrimestre da gestão anterior. Espero que daqui a dois meses possamos fazer uma apresentação com bons dados, bons números, como essa que você fez agora. Secretário, eu gostaria de fazer um questionamento a respeito do recorte que você fez em relação a situação do ISS. Preocupa bastante. Claro, é uma reforma tributária necessária para o País, que precisa ser, obviamente, discutida, mas nós já temos problemas com a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios, que é totalmente injusto com as cidades que geram muitos recursos através de impostos e recebem muito pouco do Governo Federal de retorno. E essa sua fala da mudança na distribuição, na devolução do ISS, que é o principal recurso através de imposto arrecadado pelo Município, me preocupa bastante. Como é que os legislativos, no nosso caso a Câmara Municipal, podem participar desse processo? O que é o ideal, o que seria o ideal para que os municípios possam continuar recebendo algo significativo do imposto que eles geram, que é o ISS. Obrigado. O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Marcial):- Encerrada essa segunda bateria de perguntas, passamos a palavra ao Secretário para respondê-las. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Vereador Rodrigo, grato por suas palavras. Já nos conhecemos em longa data, então fico feliz que V.Exa. esteja fazendo parte da Câmara de Vereadores, essa nobre Casa que este ano completa trezentos e trinta anos de fundação, junto com o Município de Curitiba. Agradeço mais uma vez suas palavras e aguardamos os seus questionamentos e da sua equipe para que possamos responder a contento. Grato, mais uma vez. Vereadora Giorgia, os investimentos que nós temos com a educação, 65% dele é com pessoal, 25% é custeio e 10% é investimento. O pessoal, porque nós tivemos o ano passado um aumento significativo, não posso dizer significativo, mas tivemos um aumento referencial para os professores, então nós temos esses índices que são apontados. Saúde, nós temos um gasto de mais ou menos 40% com pessoal, 55% de custeio, porque é onde mais se gasta na saúde. O custeio é o envolvimento, é a realização, tudo que se faz na saúde basicamente tem insumos, então tem esse custeio, e 5% de investimentos. Esses são os números que temos em percentual para os investimentos nessas duas pastas que V.Exa. perguntou. O plano de investimento de educação nós temos sim, e o objetivo do Prefeito Rafael Greca é que todas as nossas unidades de educação passem a ter o período integral. A partir desse ano nós já teremos mais trinta e oito unidades, e até o final da gestão o objetivo é que todas elas ofereçam o ensino integral, porque não são todas as mães ou os pais que optam por colocar o filho nesse regime de ensino. Então, as unidades oferecerão, ofertarão esse regime de ensino, que é o regime integral, mas fica a critério de cada uma das famílias para que adote esse ponto. V.Exa. pergunta das periferias. O orçamento do Município de Curitiba não trabalha com regionalização ou em apontar um ou outro foco para o investimento. Nós temos um investimento muito grande que está sendo feito lá na Caximba, que superaria os demais se fossem por uma questão territorial, coisa que o Município de Curitiba não faz, superaria em muito as outras regiões do Município. Então, nós não fazemos essa distinção, Vereadora, mas sempre com os olhos de atender melhor a população que mais necessita. Esse é o nosso objetivo enquanto Município. Os terrenos alienados da Cohab, por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, só podem ser investidos em novos ativos. Então, eles voltam para a construção de unidades de residência. Basicamente é isso. Eu acho que eu respondo as questões de V.Exa. Vereador Fachinello, agradeço a pergunta de V.Exa. porque, como eu disse, o Município de Curitiba faz parte da Abrasf. E em fazendo parte da Abrasf, nós temos um compromisso... Abrasf é a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais. Eles desenvolvem grandes estudos e têm sido muito importantes para as

questões nacionais em defesa dos municípios. E foi apresentado pela Abrasf, junto ao Senador Oriovisto, no final do ano passado, uma PEC que foi protocolada e tem o nº 46, que é uma PEC que a Abrasf apoia, que a FNP- Frente Nacional dos Prefeitos também apoia, e seria de extrema importância que os legislativos fizessem a adoção desta defesa da municipalidade. Então, nós temos neste mês reunião da FNP, em Brasília, haverá a marcha dos prefeitos, em Brasília, e também seria bastante importante a presença dos representantes das casas legislativas, não só do Município de Curitiba ou não só dos pequenos municípios ou dos grandes municípios. Nós precisamos que tenha um envolvimento de todas as casas legislativas nesse sentido, para que a reforma tributária municipalista tenha força e corpo no Congresso Nacional, porque não basta que os municípios apontem, é importante que os legislativos demonstrem aos deputados federais, demonstrem aos senadores, apesar de que eles sabem disso, mas são questões políticas que envolvem uma reforma tributária. Não se faz reforma tributária técnica, se faz uma reforma tributária técnica e política. Então é importante que os legislativos relembrem aos deputados e aos senadores que é no município onde as pessoas vivem, que é no município onde as coisas acontecem, que é no município onde o cidadão procura a unidade de saúde, é no município onde se dá a educação básica e infantil. Isso é bastante importante, os municípios não podem perder o gerenciamento do ISS, coisa que as reformas tributárias que se despontam como as preferidas no âmbito federal viriam a trazer para os municípios. Então, rogo a V.Exas. que adotem a PEC 46, com o Simplifica Já para que possamos ter robustez nas nossas solicitações junto à esfera federal. Não falo do Governo Federal, não falo só do Governo Federal, não falo só do Congresso, do Senado ou da Câmara, falo dos órgãos da Federação como um todo, porque é lá que vai se definir a reforma tributária. Penso que é isso, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Marcial):- Encerradas as respostas do segundo bloco de perguntas, passamos ao terceiro bloco. A Vereadora Noemia Rocha está inscrita, ela pediu que a chamassem, ela está na sala aqui ao lado. Além dela temos as perguntas do Vereador Angelo Vanhoni e Vereador Marcos Vieira. Na ausência da Vereadora Noemia Rocha, Vereador Angelo Vanhoni, por gentileza. O Sr. Angelo Vanhoni:- Cumprimentar o Secretário, cumprimentar a Prefeitura também, por um lado pela gestão das contas do Município até hoje. Mas é preciso fazer algumas observações. Secretário, a partir do mês que vem o salário mínimo de Curitiba vai passar, como de todo o Brasil, vai passar a mil trezentos e pouco. Na nossa cidade a grande maioria recebe até dois salários mínimos. Nós estamos inaugurando, para estes próximos dias, um observatório social que "simula", entre aspas, porque nós já sabemos, mas é uma experiência vivida. Como tem gente que gosta de ir ver como moram os índios no Amazonas, vem gente da França, vem gente da Holanda, tem uma indústria de turismo para isso, no Mato Grosso, nos Estados Unidos nas tribos apaches, na África em relação aos negros, na Nigéria. Nós vamos fazer em Curitiba a experiência social de como é viver com mil e trezentos reais por mês. Então, é morar, alugar alguma casa, e com esse dinheiro pagar a comida de um casal e um filho, e pegar o ônibus todos os dias. Isso nós vamos filmar e vamos trazer o depoimento. Seria bom que algum Vereador que nunca passou por essa experiência na vida, ou não estivesse muito próximo disso, participasse desse processo, e também aos membros do Poder Executivo, porque a vida, diferente um pouco, os números gerais acho que põem luz para nós sobre a cidade e a gestão, mas a vida concreta das pessoas é muito difícil. Pegar um ônibus em Curitiba, como em outra capital, acordar às 5h30 da manhã, vir para o Centro da cidade ou para qualquer outro local de trabalho, trabalhar, chegar em casa às 7h ou às vezes 8h da noite, enfrentando um transporte cheio, não é um transporte em relação a outro, mas é um transporte com muita dificuldade. É uma vida infernal! E isso nós estamos falando da maioria das pessoas que moram no Portão, que moram ali em Santa Felicidade, que moram no Boqueirão, que moram no Pinheirinho, que moram no Bairro Novo, que moram em qualquer bairro da nossa cidade. A vida é muito difícil! Então, eu gostaria de saber se o senhor tem alguns problemas sociais, que deve ter uma preocupação da área de finanças de como temos que resolver isso,

de como temos que buscar caminho. Então, Curitiba tem alguns problemas que saltam aos olhos. População de rua é um gravíssimo problema... O SR. PRESIDENTE:- Vereador, se o senhor puder encaminhar a pergunta, por gentileza. Eu agradeço. O Sr. Angelo Vanhoni:- Eu estou encaminhando a pergunta. Moradia, dos onze bilhões executados, o senhor sabe quanto que foi de dinheiro, um milhão, dois milhões, três milhões, quatro milhões, para moradia popular em Curitiba? E a segunda pergunta, tem uma fonte de arrecadação que eu não tenho, antigamente eu tinha esses dados na cabeça, mas assumi agora, precisava de esclarecimento. O senhor sabe quanto nós arrecadamos de multa do sistema do transporte coletivo, transporte individual em Curitiba? E para onde é canalizado esse recurso? São essas duas perguntas, moradia popular, o quanto dos onze bilhões executados foi destinado para moradia popular em Curitiba e a questão das multas, arrecadação, onde está essa arrecadação, que eu não consegui identificar no quadro que o senhor expôs ali. Pode ser que esteja em taxas, daí são duzentos e poucos milhões por ano. O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado, Vereador, pela compreensão. Passo a palavra ao Vereador Marcos Vieira para as suas considerações. O Sr. Marcos Vieira:- Obrigado, Presidente. Cumprimento ao Secretário e toda sua equipe. Eu o parabeno pela apresentação. (V) Presidente, na verdade a minha pergunta já foi respondida, ela estava relacionada à questão do ITBI, mas o Secretário já respondeu à pergunta da Josete. Então seria isso. Obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador. Então, com a palavra Professor Euler, na sequência Vereador Salles do Fazendinha. O Sr. Professor Euler:- Muito obrigado, Presidente. Bom dia, Secretário. Agradeço pela presença, pelos esclarecimentos. São duas questões, Secretário. Passados seis anos do ajuste fiscal, e aqui hoje demonstrada a boa situação financeira de Curitiba, não seria possível e desejável que o Município retomasse o parcelamento do ITBI, em virtude de aproveitar esse momento raro, um momento importante em que o mercado imobiliário está aquecido, e que nessas transações todas as pessoas tivessem essa facilidade, retomassem a facilidade de conseguirem o parcelamento do ITBI? Então, se não seria uma pauta possível de se pleitear junto à Prefeitura? E a segunda pergunta, o ano passado tivemos aqui na Câmara a aprovação do piso do Magistério, algo que vai ter um impacto financeiro de cerca de cento e dez milhões por ano. No entanto, trezentos e trinta e seis servidores que cumprem exatamente as mesmas funções dos demais professores ficaram de fora, por eles estarem no chamado quadro especial. E pelo menos duzentos e quarenta desses trezentos e trinta e seis servidores já poderiam estar no quadro permanente, se eles pudessem retomar o direito de fazer a chamada transição, que não ocorre há cerca de nove anos. E para retomar esse direito basta um decreto municipal. Isso está previsto na Lei 15.541. Então, protocolei esses dias uma sugestão à Prefeitura, que edite esse decreto com uma certa urgência. Então, considerando quantos professores já foram beneficiados pelo piso, o novo piso do Magistério, e considerando a pequena quantidade de professores que estão habilitados para a transição, a minha pergunta é a seguinte: sobre o aspecto econômico, há alguma restrição da Secretaria de Finanças para que a transição desses servidores possa ocorrer já? Obrigado, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado Vereador. Com a palavra o Vereador Salles do Fazendinha, na sequência Vereador Tico Kuzma. O Sr. Salles do Fazendinha:- Bom dia, Secretário. As minhas duas perguntas são simples. Ausentei-me para atender uma ligação e não sei se foi respondido esse tema já, sobre a possibilidade da volta do Refic, que é a primeira pergunta. Estava ausente por uma ligação, não sei se foram respondidas perguntas desse tema. E o segundo tema, o Secretário falou que Curitiba tem uma boa quantia em reserva por ser uma cidade que está financeiramente bastante tranquila. Essa tranquilidade financeira não daria para remover essas trinta e seis pessoas internadas na UPA Fazendinha e reabrir a UPA? Essa é a segunda pergunta que faço. Era isso, Secretário, obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra ao Secretário, Dr. Cristiano, para a devolutiva aos Vereadores. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Grato, Presidente. Vereador Angelo Vanhoni, agradeço mais uma vez em poder conviver com V.Exa. Estivemos juntos em longas batalhas em 2004. Fico feliz que V.Exa. retorna à Casa, abrilhantando e

trazendo muito mais visão para este Legislativo. Acho que V.Exa. tem uma capacidade muito grande de concatenar ideias, e fico feliz que V.Exa. faça parte da Câmara Municipal de Curitiba. Mais uma vez agradeço, e fico feliz em vê-lo atuando como sempre. O salário mínimo é uma questão federal. Temos o salário mínimo do Estado, regional, mas basicamente o Município de Curitiba não tem ingerência sobre esse valor. O cidadão que trabalha, é a lei de oferta e procura, a lei do mercado, a lei dos empresários. E mais uma vez digo que o Município não tem ingerência sobre esse valor do salário mínimo. A população de rua, nas moradias foram gastos sessenta e dois milhões. Do total do orçamento foram gastos sessenta e dois milhões, e esses números aqui, Vereador, são números bastante específicos, a minha equipe que está me repassando. Não posso fugir de fazer essa deferência à minha equipe, porque ela é bastante específica. Confesso que não tenho esses números de cabeça, então, os números da minha equipe que me ajuda, é uma equipe da qual mais uma vez faço deferência pelo excelente trabalho que realiza para o Município de Curitiba. Então, para a moradia foram orçados sessenta e dois milhões e gastos quinze milhões. Mas este ano, repiso nessa tecla, o objetivo é da entrega de mil cento e setenta e quatro unidades lá no Caximba, onde teremos uma execução bastante exponencial e referencial para o Brasil, das unidades de residência. As multas são cento e sessenta milhões e são destinadas, são executadas pela Secretaria de Defesa e utilizadas basicamente no transporte do Município, ruas, sinalização vertical e horizontal, e aplicação para o próprio segmento de trânsito do Município de Curitiba. O ITBI, V.Exa. fala da possibilidade, já respondendo também ao Vereador Professor Euler, quanto ao ITBI, Vereador Euler, é possível você fazer o parcelamento pelo cartão de crédito, porque ele dá a quitação. E a exigência dos cartórios para que você faça o registro do imóvel é a quitação do ITBI, que está na lei das prerrogativas da Corregedoria do Tribunal de Justiça. E os Cartórios de Registro de Imóveis só podem fazer a transferência do imóvel após a quitação do ITBI. Então, não seria interessante para o comprador esse parcelamento. Quando você faz o parcelamento, ele está disponível pelo Município de Curitiba pelo cartão de crédito, o cartão de crédito dá a quitação integral do valor, e o cidadão paga para o cartão de crédito. Então, seria temerário até para o Município de Curitiba trazer esse parcelamento. Seria uma boa ideia, não fosse esse problema de cartório, que temos uma legislação a ser cumprida. E temos que preservar a integridade da compra e venda, porque vai que um cidadão compra e depois vende para outro, e vende para outro, e não tem esse efetivo registro. Preocupa-nos isso também. Vereador Angelo Vanhoni, voltando lá à questão do ITBI, quando V.Exa. fala das questões sociais do Município, por determinação do Prefeito Rafael Greca, a Secretaria de Finanças fez um estudo, lançamos e foi aprovado nesta Casa o ITBI que chamamos de "ITBI de Gaveta". Trouxemos bastante benefícios para as pessoas que têm imóveis de longa data, que não fizeram a transferência. V.Exa. vendeu um imóvel para mim, e eu vendi o imóvel para a Dani, e não fizemos essa transferência porque não tínhamos dinheiro na época, e ficou lá. O objetivo desse "ITBI de Gaveta", até também por uma proposição do Vereador Fachinello, implantamos isso, é trazer dignidade, Vereador Angelo Vanhoni, e o que mais me pesa é aquele cidadão que está lá com sessenta, sessenta e cinco, setenta anos, mora numa mesma residência a vida toda, e ele não pode dizer que é o proprietário daquele imóvel porque ele só tem um contrato de gaveta. Então, o nosso objetivo é sempre pensando nisso também, como V.Exa. falou assim, quais são os possíveis projetos que temos, pensamos nisso também na Secretaria de Finanças. E esse "ITBI de Gaveta" espero que seja mais divulgado pela imprensa no geral, e também por V.Exas. nas comunidades que representam, para que tenhamos o maior número de adeptos a esse aproveitamento dessa legislação. Vereador Euler, quanto ao piso do Magistério, vou encaminhar a solicitação de V.Exa. à Secretária Maria Sílvia e prometo que respondo ao gabinete de V.Exa., para que possamos aqui não falsear o que realmente acontece. Mas basicamente, Vereador, é uma questão legal que impede a progressão desses trezentos e trinta e seis professores que V.Exa. ressaltou. Mas vamos verificar isso direitinho para não falsear a verdade. Sim, fica à vontade,

Vereador. O Sr. Professor Euler:- Na verdade, rapidamente, é que desses trezentos e trinta e seis realmente há uma questão legal num percentual deles, mas aproximadamente duzentos e quarenta desses já tiveram a sua titulação completada, como por exemplo, Pedagogia, e nesses últimos nove anos não tiveram a possibilidade de apresentar o título para terem essa questão da transição. E a Lei 15.541 que congela, que está deixando essa transição estagnada, ela prevê que um decreto municipal possa autorizar essa transição. Então, a minha pergunta na verdade é a seguinte: financeiramente acredito que não exista um entrave para essa transição, e justamente por isso estou solicitando à Prefeitura que edite esse decreto e tire a agonia dessas pessoas, porque na verdade elas estão fazendo uma poupança. Elas vão receber isso retroativo, mas isso sempre deixa a pessoa apreensiva e tudo mais. Então, seria uma atitude do Município, que anteciparia esse sofrimento e daria cabo a essa questão. O SR. CARLOS HÖTZ:- Sim, entendo V.Exa., Vereador. Vou repassar isso à Secretária de Educação Maria Sílvia, e vamos verificar isso. Vereador Salles, Refic, não há previsão no Município para o Refic. Isso tudo depende do andamento dos pagamentos, depende das receitas. Fizemos um Refic no final da gestão do Prefeito Rafael Greca, da primeira gestão, da primeira à segunda gestão dele. Então, não temos essa previsão, mas ela não foge do nosso olhar. Sendo necessário, o Município lançará mão desse importante mecanismo. E quanto à UPA da Fazendinha, vou repassar essa questão à Beatriz, Secretária de Saúde do Município. O SR. PRESIDENTE:- Temos também agora inscrito o Líder do Prefeito, Vereador Tico Kuzma. O Sr. Tico Kuzma:- Obrigado, Vereador Serginho do Posto. Cumprimento o Secretário Cristiano, assim cumprimento também toda a equipe, e quero aqui parabenizar também o Prefeito Rafael Greca pela escolha do nome do Secretário, por dar continuidade a este projeto na área de finanças iniciada em 2017 com o Plano de Recuperação Fiscal da Cidade. Curitiba vem bem, falou bem aqui o Vereador Rodrigo Marcial, que bom ver esses números atuais da Prefeitura. É muito bom. A Prefeitura vem sendo premiada em diversas áreas. Ontem mesmo o Prefeito Rafael Greca recebeu uma premiação do Sebrae pelo Espaço Empreendedor do Pinheirinho, premiação máxima do Sebrae, única cidade premiada no Paraná entre milhares de cidades avaliadas. E mostra então essa preocupação também com a retomada econômica, que tanto falamos, assim, quer dizer, Curitiba sendo premiada na área do empreendedor, incentivando as pessoas a empreenderem. Então aqui, Secretário Cristiano, leve também os meus parabéns ao Prefeito Rafael Greca por mais essa premiação. Então aqui estamos felizes. Têm várias questões que os Vereadores pontuaram. Vereador Vanhoni, V.Exa. fala sobre o ônibus, concordo com V.Exa. da dificuldade do trabalhador, sim, pegar o ônibus de madrugada, se dirigir ao seu trabalho e com as dificuldades que temos no nosso sistema de transporte. Curitiba ainda, acredito, tem um dos melhores serviços de transporte do Brasil. Estão sendo feitas obras para melhorar principalmente o tempo de deslocamento que a pessoa passa no ônibus. O Ligeirão é uma obra para esse serviço que estava parada na gestão passada. O Prefeito Rafael Greca retomou e já implantou até a Praça do Japão, e agora retoma até o Pinheirinho para ganhar algum tempinho no ônibus. Dou um exemplo: hoje vim de ônibus para a Câmara Municipal, que é terça-feira, e infelizmente, em função dos motoristas que estavam atravessando a República Argentina na Avenida Getúlio Vargas, eles acabavam atrapalhando a linha do ônibus que agora está desviando pela canaletta. Quer dizer, em função do trânsito, dos motoristas que não respeitavam o semáforo, (T) não paravam na hora que ficava vermelho, o ônibus acabava atrasando, trazendo a dificuldade para o trabalhador que V.Exa., colocou bem aqui, que sai de casa de madrugada, que tem que chegar no seu trabalho, cumprir a sua missão e depois tem que voltar para casa. Então, Curitiba tem feito esforços nessa área também aqui, Vereador Vanhoni, e eu faço um apelo a V.Exa. que agora estão no Governo Federal para que consigamos o apoio do Governo Federal na questão das passagens, do valor das passagens de ônibus, que precisamos, tem muita gratuidade, muita lei de gratuidade, mas que não recebemos o retorno nem do Governo do Estado e nem do Governo Federal para ajudar, auxiliar essa gratuidade que quem tem que pagar é o

Poder Público. Não é justo, que quem paga gratuidade é aquele usuário do transporte coletivo. Então, faço um apelo a V.Exa. que possamos juntos buscar essa conversa com o Governo Federal, buscando alternativas para baratear a passagem de ônibus em nossa cidade. Então, é isso, parabéns Secretário, parabéns a equipe, parabéns a todos da Prefeitura. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Tico Kuzma. Eu tenho alguns questionamentos, na verdade são três que eu gostaria de fazer ao Secretário, em relação a algumas informações trazidas aqui. Nas receitas de transferências V.Sa. já explicou a queda, nós teremos aqui um valor vertiginoso do SUS que é em 13,74% e ICMS 3,2%, isso representa quase 18% nos valores de transferência. Para que os serviços continuem ocorrendo, provavelmente serão realocados os valores para essas finalidades. Também em relação ao PIS/Pasep, se houve alguma alteração em relação ao Governo Federal, parece a cobrança do PIS/Pasep, a taxa utilizada, a cobrança dos municípios dessa dívida com o Governo Federal é uma taxa que nunca você consegue, efetivamente, pagar a dívida e sim os juros, são juros exorbitantes, se há alguma conversa em nível de Governo Federal ou Receita Federal ou Secretaria da Fazenda, que estejam conversando com os municípios a respeito desses valores onerosos, dessa cobrança de dívida PIS/Pasep, que eu acredito que todos os cinco mil e quinhentos municípios do Brasil devem à União. E em relação também, sempre gosto de fazer essa pergunta, se há alguma discussão em relação à taxa de contribuição de melhoria que o Município, ainda não tem cobrado dos munícipes e se há um estudo, isso no meu entendimento poderia acelerar algumas obras de infraestrutura do Município. Seriam estas três perguntas. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Grato, Sr. Presidente. Começarei pelo fim, taxa de contribuição de melhoria, nós não pensamos em aplicar no Município de Curitiba, Sr. Presidente. As questões do PIS que V.Exa. falou, nós tivemos o pagamento do PIS no último ano, porque houve o trânsito em julgado de duas ações, que o Município deveria fazer o pagamento e nós fizemos o pagamento. As receitas de transferências do SUS caíram por conta da pandemia, que nós tivemos grande aporte desses valores do Governo Federal, quando do período pandêmico. Para se ter uma ideia... mas o Município sempre compensou esses valores, tanto é que no final do ano passado foi feito um repasse. E, por exemplo, uma UTI antes do período de pandemia custava dois mil reais por dia, no período de pandemia passou a ser cinco mil reais por dia. Então, o Município teve um aporte a esses custos. Acho que é isso, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Nós estamos dentro do tempo do prazo regimental, o senhor pode fazer suas considerações para fazermos o encaminhamento do encerramento. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Mais uma vez, Sr. Presidente, agradecer a cordialidade de V.Exa., o recebimento aqui nesta Casa, da qual eu tenho o maior zelo, já não sou neófito nesse ambiente. Lembrando que fui chefe de gabinete na Secretaria de Governo em 2001. Então, desde aquela época, são vinte e dois anos que eu trato com o Município, e com o Legislativo de Curitiba. Quero agradecer a todos os Vereadores presentes e os que não puderam estar presentes com absoluta certeza, com compromissos inadiáveis. Grato, Sr. Presidente, estamos à disposição, ao Vereador Euler eu digo que encaminharei a resposta ao seu gabinete. E, assim, estamos à disposição de V.Exas. para qualquer questionamento. Quero agradecer a Dani; ao Mário; ao Carlos; ao Claudinei e ao Jaderson pelo apoio que me dão lá na Secretaria. O SR. PRESIDENTE:- Eu quero, em nome do Secretário Cristiano Hotz, em nome da Superintendente Daniele Regina dos Santos, agradecer a presença de todos os gestores da Finanças, também da Finanças da Saúde, que estiveram conosco. Quero agradecer a presença de vocês mais uma vez na prestação de contas, trazendo esses dados para que possamos publicizar, através dessa audiência. Quero mais uma vez também agradecer à Sra. Aline Bogo e a toda equipe da contabilidade e Departamento de Finanças da Câmara Municipal, ao Presidente Marcelo Fachinello, que oportunizou esse momento, esse espaço, aos Vereadores que compõem essa Comissão: Vereador Rodrigo Marcial; e o Vice-Presidente Vereador Bruno Pessuti; Vereadora Giorgia Prates; Vereador Hernani; Vereador João da 5 Irmãos; Vereador Jornalista Márcio Barros; Vereador Osias Morais; Vereadora Professora Josete, que compõem a Comissão Permanente

de Economia e Finanças, responsável por esta audiência. Agradecer também a fala e as sugestões que os Vereadores, puderam de forma muito transparente, responsável, dirigir as perguntas aos nossos convidados. Agradeço mais uma vez a todos e dou por encerrada a audiência, que analisou as contas do terceiro quadrimestre do exercício de 2022. Bom dia a todos. Obrigado por acompanharem esta audiência. Passo de imediato a palavra ao Presidente Marcelo Fachinello. O SR. PRESIDENTE (Marcelo Fachinello):- Está encerrada a Audiência Pública de Prestação de Contas do Legislativo e do Executivo Municipal, do último quadrimestre do ano de 2022. Agradeço mais uma vez à Presidência do Vereador Serginho do Posto e aos demais Vereadores integrantes desta Comissão, e também a participação do Secretário Municipal de Finanças Cristiano Hotz e toda a sua equipe, da Diretora Financeira Contábil desta Casa. Sra. Aline Bogo, e de toda a equipe de servidores." Do que, para constar, a presente Ata foi lavrada pelo servidor Roberjan Prestes Filho, de acordo com as Notas Taquigráficas, e será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão.

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do
Posto)
Presidente

Rodrigo Marcial
Vice-presidente

Bruno Pessuti
Membro

Giorgia Prates - Mandata Preta
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Professora Josete
Membro